



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

CONTRATO Nº ~~191~~ / PGE - 2013

CONTRATO QUE CELEBRAM O ESTADO DE RONDÔNIA, ATRAVÉS DA SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE-SESAU, DE UM LADO, E, DE OUTRO, **E R P DE OLIVEIRA & CIA LTDA.** - ME PARA OS FINS QUE ESPECIFICA.

CONTRATANTE: Estado de Rondônia, por intermédio da Secretaria de Estado da Saúde – SESAU, inscrita no CNPJ/MF nº 04.287.520/0001-88, com sede na Rua Gonçalves Dias, nº 812, Bairro Olaria, Porto Velho-RO, neste ato representada pelo Secretário de Estado da Saúde, **Sr. Williames Pimentel de Oliveira**, portador do CPF/MF nº 085.341.442-49, na forma prescrita na Lei Complementar nº 224, de 20 de janeiro de 2000; e

CONTRATADA: **E R P de Oliveira & Cia Ltda. - Me.**, inscrita no CNPJ/MF sob nº 10.927.661/0001-10, com sede na Avenida Farquar, 3470, bairro Pedrinhas, Porto Velho/RO, aqui representada pelo sócia administradora, **Ellen Rubia Pereira de Oliveira**, portadora do RG n. 4537531 SSP/GO e inscrita no CPF/MF nº 751.613.702-20.

Considerando os motivos apontados no processo administrativo, justificativa às fls. 05/06, aprovada pelo Titular da Pasta da SESAU, e o que mais consta dos autos, resolvem celebrar o presente CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, o qual se regerá pelas disposições da Lei n. 8.666/93 e demais normas pertinentes, licitado por meio do pregão eletrônico de n. 314/2013/SIGMA/SUPEL/RO, vinculando-se aos termos do Processo Administrativo nº 01-1712.00397/2013/SESAU/RO, ao edital e seus anexos, à proposta da Contratada e por aquelas previstas no termo de referência e alterações, mediante as seguintes cláusulas:

1. CLÁUSULA PRIMEIRA – DO OBJETO:

O objeto do presente instrumento é a prestação de serviços especializados em limpeza e conservação das áreas administrativas da Secretaria de Estado da Saúde- SESAU/RO, mencionado nos lotes 02, 03 e 04 de forma contínua, nas condições estabelecidas no Termo de Referência e no Edital e seus anexos.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Termo de Contrato vincula-se ao termo de referência, à proposta da Contratada e ao edital e seus anexos, independentemente de transcrição.

2. CLÁUSULA SEGUNDA – DO REGIME DE EXECUÇÃO:

O início da execução será realizado à partir da expedição da ordem de serviço pela autoridade competente e o regime de execução dos serviços a serem executados pela CONTRATADA, os materiais que serão empregados e a fiscalização pela CONTRATANTE são aqueles previstos no Edital e seus anexos.

3. CLÁUSULA TERCEIRA - DA VIGÊNCIA:

O prazo de vigência deste Termo de Contrato é até 31.12.2013, contados à partir da publicação do extrato do contrato no diário oficial. Podendo ser prorrogado nos limites estabelecidos no art. 57 da Lei Reguladora de Licitações 8.666/93.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada não tem direito subjetivo à prorrogação contratual e, em hipótese de prorrogação do contrato, deverá ser promovida mediante a celebração de termo aditivo.

4. CLÁUSULA QUARTA – DO PREÇO:

O valor total desta contratação é de **R\$ 65.522,99** (sessenta e cinco mil, quinhentos e vinte e dois reais e noventa e nove centavos)



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARÁGRAFO PRIMEIRO: No valor acima estão incluídas todas as despesas ordinárias diretas e indiretas decorrentes da execução do objeto, inclusive tributos e/ou impostos, encargos sociais, trabalhistas, previdenciários, fiscais e comerciais incidentes, taxa de administração, frete, seguro e outros necessários ao cumprimento integral do objeto da contratação.

PARÁGRAFO SEGUNDO: Os preços pactuados não serão reajustados, salvo as hipóteses constantes neste contrato.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O valor acima é meramente estimativo, de forma que os pagamentos devidos à Contratada dependerão dos quantitativos de serviços efetivamente prestados.

5. CLÁUSULA QUINTA – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA:

A despesa com a execução dos serviços de que trata o objeto deste contrato corre à conta dos recursos consignados P/A - 2087 – Elemento de Despesa: 3390-39, Plano Plurianual - PPA 2012 e Fonte de Recursos - 0100. Nota de Empenho n. 2013NE03000.

6. CLÁUSULA SEXTA – DO PAGAMENTO:

O pagamento deverá ser efetuado mediante a apresentação de nota fiscal, emitida em 02 (duas) vias pela contratada.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: As notas fiscais deverão vir acompanhadas dos relatórios dos serviços assinados pelo funcionário da Contratada e pelo servidor da Unidade de Saúde que acompanharem a prestação do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O prazo para pagamento será realizado por meio de ordem bancária em até 30 (trinta) dias úteis, após exame da Controladoria Geral do Estado - CGE, a partir do término da prestação do serviço, mediante a apresentação de Nota Fiscal/Fatura.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Na hipótese de atraso no pagamento das notas fiscais/faturas, os seus valores serão corrigidos monetariamente, a partir da data de início do inadimplemento até a data do efetivo pagamento, de acordo com a variação "pro rata tempore" do INPC/FGV ou outro índice que venha a substituí-lo oficialmente e, ainda, acrescido de multa de 1% (hum por cento) e juros de 0,033% (zero virgula trinta e três por cento) ao dia, sobre o valor atualizado.

PARÁGRAFO QUARTO: Deverão ser apresentadas na Secretaria de Estado da Saúde - SESAU, as Notas Fiscais/Faturas, emitidas em 02 (duas) vias, devendo conter no corpo da mesma:

- a) a descrição do objeto, quantidade, preços unitários e o valor total;
- b) o número do Contrato;
- c) número da Conta Bancária da Contratada, para depósito do pagamento, o qual deverá ser efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias após o adimplemento da despesa;
- d) comprovante de recolhimento de multas aplicadas, se houver, e dos encargos sociais;

PARÁGRAFO QUINTO: No caso das Notas Fiscais/Fatura apresentarem erros ou dúvidas quanto a exatidão ou documentação, a Contratante poderá pagar apenas a parcela controvertida no prazo fixado para pagamento, ressalvado o direito da futura Contratada de representar para cobrança, as partes controvertidas com devidas justificativas, nestes casos, a Contratante terá o prazo de até 05 (cinco) dias úteis, a partir do recebimento, para efetuar análise e pagamento.

PARÁGRAFO SEXTO: As Notas Fiscais deverão vir acompanhadas dos respectivos comprovantes de recolhimento de encargos sociais (INSS e FGTS) e certidões de regularidade fiscal, comprovantes do cumprimento das obrigações trabalhistas, correspondentes à última nota fiscal ou fatura que tenha sido paga pela Contratada, todos conforme determina a Lei.

7. CLÁUSULA SÉTIMA – OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA:

As obrigações da Contratante e da Contratada são aquelas previstas no Edital e seus anexos. Caberão, também àquelas constantes na proposta final da Contratada juntada nos autos e termo de referência, naquilo que não colidir com a Lei e o edital.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

8. CLÁUSULA OITAVA - DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS:

As sanções relacionadas à execução do contrato são aquelas previstas no Edital e seus anexos.

9. CLÁUSULA NONA - DA RESCISÃO:

O descumprimento de qualquer Cláusula ou de simples condição deste Contrato, assim como a execução do seu objeto em desacordo com o estabelecido em suas Cláusulas e Condições, dará direito à Contratante de rescindi-lo mediante notificação expressa, sem que caiba à Contratada qualquer direito, exceto o de receber o estrito valor correspondente ao fornecimento realizado, desde que estejam de acordo com as prescrições ora pactuadas, assegurada a defesa prévia.

PARÁGRAFO ÚNICO: Este Contrato poderá, ainda, ser rescindido nos seguintes casos:

- a) decretação de falência, pedido de concordata ou dissolução da Contratada;
- b) alteração do Contrato Social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da Contratada, que, a juízo da Contratante, prejudique a execução deste pacto;
- c) transferência dos direitos e/ou obrigações pertinentes a este Contrato, sem prévia e expressa autorização da Contratante;
- d) cometimento reiterado de faltas, devidamente anotadas;
- e) no interesse da Contratante, mediante comunicação com antecedência de 05 (cinco) dias corridos, com o pagamento dos materiais/bens adquiridos até a data comunicada no aviso de rescisão;
- f) no caso de descumprimento da legislação sobre trabalho de menores, nos termos do disposto no inciso XXXIII do Art. 7º da Constituição Federal.

10. CLÁUSULA DÉCIMA - GARANTIA DE EXECUÇÃO:

Para garantia da fiel execução dos compromissos ajustados no presente Contrato, a Contratada prestará caução perante o SESAU, correspondente a 5% (cinco por cento) do valor global deste Contrato, com validade mínima de 30 (trinta) dias após o prazo programado para a entrega definitiva do objeto contratual, como condição para o recebimento da ordem de início dos serviços, sendo facultado oferecê-la em dinheiro, em título da dívida pública, fiança bancária ou seguro garantia, conforme o art. 56 da lei 8666/93.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A Contratante fica autorizada a utilizar a garantia para corrigir imperfeições na execução do objeto desde Contrato ou para reparar danos decorrentes da ação ou omissão da Contratada ou de preposto seu ou, ainda, para satisfazer qualquer obrigação resultante ou decorrente de suas ações ou omissões, estendendo-se às multas aplicadas, após o esgotamento do prazo recursal.

PARÁGRAFO SEGUNDO: A Contratada se obriga a repor, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas, o valor da garantia que vier a ser utilizado pela Contratante.

PARÁGRAFO TERCEIRO: A garantia será restituída, automaticamente, ou por solicitação, somente após o integral cumprimento de todas as obrigações contratuais, inclusive recolhimento de multas e satisfações de prejuízos causados à Contratante.

11. CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - DAS VEDAÇÕES:

É vedado à Contratada, além daquelas impostas no edital, termo de referência e na legislação de regência:

PARÁGRAFO PRIMEIRO: caucionar ou utilizar este Termo de Contrato para qualquer operação financeira.

PARÁGRAFO SEGUNDO: interromper a execução dos serviços sob alegação de inadimplemento por parte da Contratante, salvo nos casos previstos em lei.

PARÁGRAFO TERCEIRO: Utilizar-se da contratação com a Contratante para servir de garantia de empréstimo realizado com instituição financeira ou do valor para quitar empréstimos realizados com terceiros, ainda que somente parte do empréstimo ou do valor recebido pelo Contratante.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

12. CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA – DAS ALTERAÇÕES:

Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina do art. 65 da Lei nº 8.666, de 1993.

PARÁGRAFO ÚNICO: A Contratada é obrigada a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do Contrato, e, no caso particular de reforma de equipamento, até o limite de 50% (cinquenta por cento), para os seus acréscimos, nos termos do art. 65, §1º, da Lei Federal n. 8.666/93.

13. CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – DA FRAUDE E DA CORRUPÇÃO:

A Contratada deverá observar os mais altos padrões éticos durante a execução do Contrato, estando sujeitas às sanções previstas na legislação em caso de inobservância.

14. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA – DA REPACTUAÇÃO:

Visando à adequação aos novos preços praticados no mercado, desde que solicitado pela Contratada e observado o interregno mínimo de 1 (um) ano contado na forma apresentada no subitem que se seguirá, o valor consignado neste Termo de Contrato poderá ser repactuado, competindo à Contratada justificar e comprovar a variação dos custos, apresentando memória de cálculo e planilhas apropriadas para análise e posterior aprovação da Contratante, na forma estatuída em lei e instrução normativa.

PARÁGRAFO PRIMEIRO: A repactuação poderá ser dividida em tantas parcelas quantas forem necessárias, em respeito ao princípio da anualidade do reajustamento dos preços da contratação, podendo ser realizada em momentos distintos para discutir a variação de custos que tenham sua anualidade resultante em datas diferenciadas, tais como os custos decorrentes da mão de obra e os custos decorrentes dos insumos necessários à execução do serviço.

PARÁGRAFO SEGUNDO: O interregno mínimo de 1 (um) ano para a primeira repactuação será contado:

- a) Para os custos relativos à mão de obra, vinculados à data-base da categoria profissional: a partir da data da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva de trabalho, vigente à época da apresentação da proposta, relativo a cada categoria profissional abrangida pelo contrato;
- b) Para os demais custos, sujeitos à variação de preços do mercado: a partir da data limite para apresentação das propostas constante do Edital.
- c) Nas repactuações subsequentes à primeira, a anualidade será contada a partir da data do fato gerador que deu ensejo a respectiva repactuação anterior.

PARÁGRAFO TERCEIRO: O prazo para a Contratada solicitar a repactuação encerra-se na data da prorrogação contratual subsequente ao novo acordo, dissídio ou convenção coletiva que fixar os novos custos de mão de obra da categoria profissional abrangida pelo contrato, ou na data do encerramento da vigência do contrato, caso não haja prorrogação.

PARÁGRAFO QUARTO: Caso a Contratada não solicite a repactuação tempestivamente, dentro do prazo acima fixado, ocorrerá a preclusão do direito à repactuação.

PARÁGRAFO QUINTO: Nessas condições, se a vigência do contrato tiver sido prorrogada, nova repactuação só poderá ser pleiteada após o decurso de novo interregno mínimo de 1 (um) ano, contado:

- a) da vigência do acordo, dissídio ou convenção coletiva anterior, em relação aos custos decorrentes de mão de obra;
- b) do dia em que se completou um ou mais anos da apresentação da proposta, em relação aos custos sujeitos à variação de preços do mercado;

Parágrafo sexto: Caso, na data da prorrogação contratual, ainda não tenha sido celebrado o novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria, ou ainda não tenha sido possível à Contratante ou à Contratada proceder aos cálculos devidos, deverá ser inserida cláusula no termo aditivo de prorrogação para resguardar o direito futuro à repactuação, a ser exercido tão logo se disponha dos valores reajustados, sob pena de preclusão.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

PARÁGRAFO SÉTIMO: Quando a contratação envolver mais de uma categoria profissional, com datas base diferenciadas, a repactuação deverá ser dividida em tantas parcelas quantos forem os acordos, dissídios ou convenções coletivas das categorias envolvidas na contratação.

PARÁGRAFO OITAVO: É vedada a inclusão, por ocasião da repactuação, de benefícios não previstos na proposta inicial, exceto quando se tornarem obrigatórios por força de instrumento legal, sentença normativa, acordo coletivo ou convenção coletiva.

PARÁGRAFO NONO: A Contratante não se vincula às disposições contidas em acordos e convenções coletivas que não tratem de matéria trabalhista.

PARÁGRAFO DÉCIMO: Quando a repactuação referir-se aos custos da mão de obra, a Contratada efetuará a comprovação da variação dos custos dos serviços por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços, acompanhada da apresentação do novo acordo, dissídio ou convenção coletiva da categoria profissional abrangida pelo contrato.

PARÁGRAFO DÉCIMO PRIMEIRO: Quando a repactuação referir-se aos demais custos, a Contratada demonstrará a variação por meio de Planilha de Custos e Formação de Preços e comprovará o aumento dos preços de mercado dos itens abrangidos, considerando-se:

- a) os preços praticados no mercado ou em outros contratos da Administração;
- b) as particularidades do contrato em vigência;
- c) a nova planilha com variação dos custos apresentados;
- d) indicadores setoriais, tabelas de fabricantes, valores oficiais de referência, tarifas públicas ou outros equivalentes;
- e) índice específico, setorial ou geral, que retrate a variação dos preços relativos a alguma parcela dos custos dos serviços, desde que devidamente individualizada na Planilha de Custos e Formação de Preços da Contratada.

f) A Contratante poderá realizar diligências para conferir a variação de custos alegada pela Contratada.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEGUNDO: Os novos valores contratuais decorrentes das repactuações terão suas vigências iniciadas observando-se o seguinte:

- a) a partir da ocorrência do fato gerador que deu causa à repactuação;
- b) em data futura, desde que acordada entre as partes, sem prejuízo da contagem de periodicidade para concessão das próximas repactuações futuras; ou
- c) em data anterior à ocorrência do fato gerador, exclusivamente quando a repactuação envolver revisão do custo de mão de obra em que o próprio fato gerador, na forma de acordo, dissídio ou convenção coletiva, ou sentença normativa, contemplar data de vigência retroativa, podendo esta ser considerada para efeito de compensação do pagamento devido, assim como para a contagem da anualidade em repactuações futuras.

PARÁGRAFO DÉCIMO TERCEIRO: Os efeitos financeiros da repactuação ficarão restritos exclusivamente aos itens que a motivaram, e apenas em relação à diferença porventura existente.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUARTO: A decisão sobre o pedido de repactuação deve ser feita no prazo máximo de sessenta dias, contados a partir da solicitação e da entrega dos comprovantes de variação dos custos.

PARÁGRAFO DÉCIMO QUINTO: O prazo referido no subitem anterior ficará suspenso enquanto a Contratada não cumprir os atos ou apresentar a documentação solicitada pela Contratante para a comprovação da variação dos custos.

PARÁGRAFO DÉCIMO SEXTO: As repactuações serão formalizadas por meio de apostilamento, exceto quando coincidirem com a prorrogação contratual, caso em que deverão ser formalizadas por aditamento ao contrato.

15. CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - DOS CASOS OMISSOS:

Rege-se este instrumento pelas normas e diretrizes estabelecidas na Lei Federal n. 8666/93, e outros preceitos de direito público, aplicando-se supletivamente os princípios da teoria geral dos contratos e disposições de direito privado.



ESTADO DE RONDÔNIA
PROCURADORIA GERAL DO ESTADO

16. CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA – DA PUBLICAÇÃO:

A publicação do presente Contrato no Diário Oficial, por extrato, será providenciada até o 5º (quinto) dia útil do mês seguinte ao de sua assinatura, para ocorrer no prazo de 20 (vinte) dias corridos, daquela data, correndo as despesas às expensas da Contratante.

17. CLÁUSULA DÉCIMA SÉTIMA – DO FORO:

Fica eleito pelas partes o Foro da Comarca de Porto Velho, Capital do Estado de Rondônia, para dirimir todas e quaisquer questões oriundas do presente ajuste, inclusive às questões entre a empresa Contratada e a Contratante, decorrentes da execução deste contrato, com renúncia expressa de qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

18. CLÁUSULA DÉCIMA SEXTA – DAS DISPOSIÇÕES FINAIS:

Declaram as partes que este Contrato corresponde à manifestação final, completa e exclusiva do acordo entre elas celebrado.

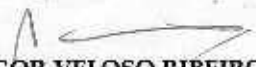
Para firmeza e como prova do acordado, é digitado o presente Contrato, que constitui o documento de fls. 155 / 160, do Livro Especial nº 06 / Contrato, o qual, depois de lido e achado conforme, vai assinado pelas partes, dele sendo extraídas as cópias que se fizerem necessárias para sua publicação e execução, devidamente certificadas pela Procuradoria Geral do Estado.


Porto Velho/RO, 21 de novembro de 2013.


WILLIAMES PIMENTEL DE OLIVEIRA
Secretário de Estado da Saúde - SESAU


ELLEN RUBIA PEREIRA DE OLIVEIRA
Representante/Contratada

Termo elaborado na forma do art. 23, I da LCE 620/2011, segundo as informações e documentos constantes dos autos do processo identificado neste instrumento.


IGOR VELOSO RIBEIRO
Procurador do Estado


JURACI JORGE DA SILVA
Procurador Geral do Estado